

# A Urgência das Águas – Observatório das Águas

---

 [observatoriodasaguas.org.br/a-urgencia-das-aguas/](https://observatoriodasaguas.org.br/a-urgencia-das-aguas/)



## A Urgência das Águas

---

Excelentíssimo, Senhor Presidente da República, Excelentíssimos Governadores e Governadoras, Excelentíssimos Prefeitos e Prefeitas, Excelentíssimos Deputados e Deputadas Federais e Estaduais, Excelentíssimos Senadores e Senadoras, Excelentíssimos Vereadores e Vereadoras, À Sociedade Brasileira, É com um sentido profundo de urgência que redigimos esta carta, resultado do Encontro Nacional do Observatório das Águas, realizado em 17 e 18 setembro de 2024. Juntos, 100 representantes da gestão das águas de todas as regiões do Brasil discutiram a questão da governança e gestão das águas em nosso país, em um contexto de crescente escassez e mudanças climáticas. Já passou da hora desta governança ser tratada como prioridade política, já que a água é um recurso vital para todas as espécies e atividades. É com um sentido profundo de urgência que redigimos esta carta, resultado do Encontro Nacional do Observatório das Águas, realizado em 17 e 18 setembro de 2024. Juntos, 100 representantes da gestão das águas de todas as regiões do Brasil discutiram a questão da governança e gestão das águas em nosso país, em um contexto de crescente escassez e mudanças climáticas. Já passou da hora desta governança ser tratada como prioridade política, já que a água é um recurso vital para todas as espécies e atividades. As dramáticas enchentes no Rio Grande do Sul, a severa seca na Amazônia e no Pantanal e o permanente desafio da disponibilidade hídrica no Nordeste

evidenciam a necessidade premente de priorizar a gestão das águas em todas as esferas – federal, estadual e municipal, bem como para todas as bacias hidrográficas. O acesso à água é um direito humano fundamental, sendo inaceitável que 35 milhões de brasileiros ainda vivam sem água potável e 100 milhões sem esgotamento sanitário, fatores marcantes das múltiplas desigualdades socioeconômicas no país. A governança federativa deve ser aprimorada, adotando uma abordagem multinível que favoreça a gestão descentralizada, participativa e inclusiva das águas com investimentos e estrutura adequados para além da implementação da cobrança pelo uso da água. Devemos reforçar o papel estratégico dos 243 Comitês de Bacia Hidrográfica como espaços de diálogo onde União, estados, municípios, organizações sociais, universidades, populações tradicionais e setores da economia podem alinhar ações em prol da segurança hídrica com a urgência necessária diante do agravamento da crise climática. Além disso, é imperativo que ações de adaptação às mudanças climáticas sejam implementadas, aliando soluções baseadas na natureza com infraestrutura, sempre focadas na conservação dos ecossistemas e na proteção de mananciais. A restauração de ecossistemas é uma medida crucial, considerando a alarmante taxa de desmatamento que ameaça não só a biodiversidade, mas também a capacidade do Brasil de garantir água em qualidade e quantidade suficientes. O Brasil enfrenta o desafio da abundância: enquanto alguns locais sofrem com o excesso de água em enchentes, outras regiões enfrentam uma seca severa, agravada pelo desmatamento que resulta na alteração dos ciclos hidrológicos. Nos últimos cinco anos o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa, com os biomas Amazônia e Cerrado somando mais de 85% da área total desmatada no país, segundo o Mapbiomas. Precisamos agir agora para assegurar que todos os brasileiros tenham acesso à água limpa, sem discriminação, e que medidas sejam tomadas para mitigar e precaver os impactos das mudanças do clima. Ressaltamos ainda que é imprescindível investir em educação e sensibilização, capacitando profissionais e informando a sociedade sobre a urgência do tema, assim como é necessário incentivar práticas sustentáveis que promovam a eficiência hídrica, o reuso da água e a redução do uso de agrotóxicos, o aprimoramento do monitoramento e a garantia de recursos para o setor com mecanismos financeiros para viabilizar políticas públicas abrangentes no marco de uma governança robusta para as águas. A crise hídrica não é um problema isolado. A perda de biodiversidade, o desmatamento e as mudanças climáticas estão interligados e exigem uma abordagem integrada. É fundamental que todos os setores da sociedade se unam para encontrar soluções sustentáveis e equitativas. É necessário reforçar os mecanismos de integração das agendas de mudanças do clima, meio ambiente, desertificação, segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento social com a agenda da água, que possibilitem o fortalecimento da relação entre as águas, territórios, diversidades sociais e culturais como um importante caminho de conexão com a sociedade, destacando que as expressões culturais e a espiritualidade são fundamentais neste processo. Por fim, afirmamos a necessidade da realização de Conferências Nacional, Estaduais e Municipais com o tema “Água, Mudança Climática, Povos e Territórios”, que deverão servir como um marco para discutir e propor soluções concretas para essa agenda tão essencial. Reafirmamos nosso compromisso em colaborar com a organização e implementação dessas conferências e em continuar trabalhando em prol de uma gestão

das águas que seja equitativa, sustentável e inclusiva. Conclamamos os governantes e a sociedade civil a agirem com urgência. A água é um bem comum de todos e a sua proteção é fundamental para o futuro do nosso país. Observatório das Águas, 21 de outubro de 2024. Apoiam a carta as seguintes instituições e atores: Assinatura Institucional ASSINATURA INDIVIDUAL Brasil, 21 de outubro de 2024

**Excelentíssimo, Senhor Presidente da República,**

**Excelentíssimos Governadores e Governadoras,**

**Excelentíssimos Prefeitos e Prefeitas,**

**Excelentíssimos Deputados e Deputadas Federais e Estaduais,**

**Excelentíssimos Senadores e Senadoras,**

**Excelentíssimos Vereadores e Vereadoras,**

**À Sociedade Brasileira,**

É com um sentido profundo de urgência que redigimos esta carta, resultado do Encontro Nacional do Observatório das Águas, realizado em 17 e 18 setembro de 2024. Juntos, 100 representantes da gestão das águas de todas as regiões do Brasil discutiram a questão da governança e gestão das águas em nosso país, em um contexto de crescente escassez e mudanças climáticas. Já passou da hora desta governança ser tratada como prioridade política, já que a água é um recurso vital para todas as espécies e atividades.

É com um sentido profundo de urgência que redigimos esta carta, resultado do Encontro Nacional do Observatório das Águas, realizado em 17 e 18 setembro de 2024. Juntos, 100 representantes da gestão das águas de todas as regiões do Brasil discutiram a questão da governança e gestão das águas em nosso país, em um contexto de crescente escassez e mudanças climáticas. Já passou da hora desta governança ser tratada como prioridade política, já que a água é um recurso vital para todas as espécies e atividades.

As dramáticas enchentes no Rio Grande do Sul, a severa seca na Amazônia e no Pantanal e o permanente desafio da disponibilidade hídrica no Nordeste evidenciam a necessidade premente de priorizar a gestão das águas em todas as esferas – federal, estadual e municipal, bem como para todas as bacias hidrográficas. O acesso à água é um direito humano fundamental, sendo inaceitável que 35 milhões de brasileiros ainda vivam sem água potável e 100 milhões sem esgotamento sanitário, fatores marcantes das múltiplas desigualdades socioeconômicas no país.

A governança federativa deve ser aprimorada, adotando uma abordagem multinível que favoreça a gestão descentralizada, participativa e inclusiva das águas com investimentos e estrutura adequados para além da implementação da cobrança pelo uso da água. Devemos reforçar o papel estratégico dos 243 Comitês de Bacia Hidrográfica como espaços de diálogo onde União, estados, municípios, organizações sociais, universidades, populações tradicionais e setores da economia podem alinhar ações em prol da segurança hídrica com a urgência necessária diante do agravamento da crise climática.

Além disso, é imperativo que ações de adaptação às mudanças climáticas sejam implementadas, aliando soluções baseadas na natureza com infraestrutura, sempre focadas na conservação dos ecossistemas e na proteção de mananciais. A restauração de ecossistemas é uma medida crucial, considerando a alarmante taxa de desmatamento que ameaça não só a biodiversidade, mas também a capacidade do Brasil de garantir água em qualidade e quantidade suficientes.

O Brasil enfrenta o desafio da abundância: enquanto alguns locais sofrem com o excesso de água em enchentes, outras regiões enfrentam uma seca severa, agravada pelo desmatamento que resulta na alteração dos ciclos hidrológicos. Nos últimos cinco anos o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa, com os biomas Amazônia e Cerrado somando mais de 85% da área total desmatada no país, segundo o Mapbiomas. Precisamos agir agora para assegurar que todos os brasileiros tenham acesso à água limpa, sem discriminação, e que medidas sejam tomadas para mitigar e precaver os impactos das mudanças do clima.

Ressaltamos ainda que é imprescindível investir em educação e sensibilização, capacitando profissionais e informando a sociedade sobre a urgência do tema, assim como é necessário incentivar práticas sustentáveis que promovam a eficiência hídrica, o reuso da água e a redução do uso de agrotóxicos, o aprimoramento do monitoramento e a garantia de recursos para o setor com mecanismos financeiros para viabilizar políticas públicas abrangentes no marco de uma governança robusta para as águas.

A crise hídrica não é um problema isolado. A perda de biodiversidade, o desmatamento e as mudanças climáticas estão interligados e exigem uma abordagem integrada. É fundamental que todos os setores da sociedade se unam para encontrar soluções sustentáveis e equitativas. É necessário reforçar os mecanismos de integração das agendas de mudanças do clima, meio ambiente, desertificação, segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento social com a agenda da água, que possibilitem o fortalecimento da relação entre as águas, territórios, diversidades sociais e culturais como um importante caminho de conexão com a sociedade, destacando que as expressões culturais e a espiritualidade são fundamentais neste processo.

***Por fim, afirmamos a necessidade da realização de Conferências Nacional, Estaduais e Municipais com o tema “Água, Mudança Climática, Povos e Territórios”, que deverão servir como um marco para discutir e propor soluções concretas para essa agenda tão essencial. Reafirmamos nosso compromisso em***

colaborar com a organização e implementação dessas conferências e em continuar trabalhando em prol de uma gestão das águas que seja equitativa, sustentável e inclusiva.

Conclamamos os governantes e a sociedade civil a agirem com urgência. A água é um bem comum de todos e a sua proteção é fundamental para o futuro do nosso país.

Observatório das Águas, 21 de outubro de 2024.

**Apoiam a carta as seguintes instituições e atores:**

**Assinatura Institucional**

1. Agência das Bacias PCJ / São Paulo
2. Associação Águas do Nordeste – Ane – Pernambuco
3. Associação Alternativa Terrazul
4. Associação Angá / Minas Gerais
5. Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida (MT)
6. Associação Fazenda Fieza de Educação Ambiental – PE
7. Associação Jaguamimbaba (SP)
8. Associação de Jovens Engajamundo (Brasil)
9. Associação de Preservação da Natureza- Vale do Gravataí-APN-VG
10. Associação Rede de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá-Preserva Serrinha, Brasília, Distrito Federal
11. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce-MG
12. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravatahy-RS
13. Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade – CIRAT – DF
14. Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Goiana (PE)
15. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA – Brotas SP)
16. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e afluentes catarinenses do rio Mampituba (SC)
17. Comitê da Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré (SP)
18. Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN PB)
19. Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Frades, Buranhém e Santo Antônio (CBHFRABS) (BA)
20. Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Macaé e das Ostras (RJ)
21. Comitê dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Jequitinhonha (MG)
22. Comitê Popular do Rio Paraguai (MT/MS)
23. Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes do Rio Paraíba (DF)
24. Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes do Rio Preto (DF)
25. Comitê da Bacia Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (RJ)
26. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu (AM)
27. Comitê da Bacia do Rio Urussanga (SC)
28. Coopernáutica estado Maranhão
29. Crescente Fértil – RJ
30. ECOSBRASIL – Associação Ecológica de Cooperação Social – PE

31. FBOMS – Nacional
32. FECOBH-Pernambuco
33. Fórum de Defesa das Águas do Clima e Meio Ambiente do Distrito Federal (DF)
34. Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (Formad) (MT)
35. Frente Parlamentar Ambientalista de São Paulo (SP)
36. Fundação SOS Mata Atlântica
37. Fundación AVINA/ São Paulo
38. Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia
39. GEEMA – Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente do Rio de Janeiro
40. Instituto Agronelli de desenvolvimento social/ Minas Gerais
41. Instituto Água e Saneamento – IAS
42. Instituto Águas Resilientes/Rio de Janeiro
43. Instituto Astral – Brotas/SP
44. Instituto Cultural Janela Aberta/ São Paulo
45. Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS
46. Instituto Estadual de Florestas /MG
47. Instituto Gaia Pantanal
48. Instituto Internacional Arayara
49. Instituto Mãe D'Água/ RJ
50. Instituto Reúso de Água – Portugal/Brasil
51. Instituto Rios Brasil (AM)
52. International Rivers (IR)
53. Movimento S.O.S Praia do Pecado
54. Movimento Tapajós Vivo, Pará
55. OAB/MG – Comissão de Direito Ambiental
56. ODS- SJC – SP
57. ONG Nosso Vale Nossa Vida – RJ
58. Curso D'água ME
59. Ong SOS Praia do Pecado
60. PHA – Rio de JANEIRO
61. Prefeitura Municipal de Rio das Ostras/Rio de Janeiro
62. Rede de Educadores Ambientais da Baixada de Jacarepaguá
63. Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina – Elo Brasil
64. RPPN Águas Claras/ RJ
65. Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística /SP
66. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Araraquara/São Paulo
67. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Brotas (SP)
68. Sociedade para Pesquisa e Proteção ao Meio Ambiente -SAPOPEMA
69. SOS AMAZÔNIA/ACRE
70. The Nature Conservancy (TNC)
71. UENF/RJ
72. UNEMAT-PROFAGUA, Mato Grosso
73. Universidade Federal de São Paulo-SP
74. Ybytec Eng Ltda SP

## ASSINATURA INDIVIDUAL

1. Adriane C. de Oliveira/Arquiteta e Urbanista/Rio de Janeiro
2. Adriana Bocaiuva/ Advogada/ Rio de Janeiro-RJ
3. Alexandre Gustavo Ugarte Operador de turismo profissional. Estado Maranhão empresarial
4. Alexandre Sávio Pereira Ramos – Presidente – Arquiteto e urbanista – Pernambuco
5. Aline Tambasco/ Gerente de projetos/ internacionalista/São Paulo
6. Ana Cristina Souza da Silva/Docente/Engenharia Civil/Paraíba
7. Ana Laise – São Paulo
8. Ana Silvia Santos – Diretora-Executiva – Engenheira Civil – Portugal/Brasil
9. Anderson Felipe de Medeiros Bezerra, Analista Ambiental, Brasília DF
10. André Cordeiro Alves dos Santos – Professor – UFScar – SP
11. André Francisco da Silva Souza/Engenheiro/Engenheiro Segurança Trabalho/PB
12. Angela jordani Martinelli, professora, Brotas SP
13. Antônio Marcos Pereira/Gerente de UC/Biólogo/MG
14. Ayri Saraiva Rando / Assessor de Gabinete Parlamentar e Professor Universitário / Engenheiro Ambiental / São Paulo.
15. Clara Sales- analista de gestão dos recursos hídricos – Cogeh – Ceará
16. Claudia Reis engenheira Florestal Sao Paulo
17. Cristina Camila Teles Saldanha/Pesquisadora/Minas Gerais
18. Daniela Dias de Souza/ coordenadora de projetos/ geógrafa/Acre
19. Daniela Maimone de Figueiredo – Professora Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
20. Daniela Veras Engenheira florestal
21. Denise Balestrero Menezes- geóloga- professora da UFSCar
22. Edilson de Paula Andrade, geólogo, São Paulo
23. Eliandra Gomes Marques professora e presidente da ONG Sócios da Natureza e Presidente do CBH Araranguá e afluentes do Mampituba SCarar
24. Elias Adriano dos Santos-Diretor-Aposentado,SP
25. Eliza Clericuzi Bezerra da Silva/ Pesquisadora/Engenharia Ambiental/ SP SP
26. Enildo Luiz Gouveia – Professor – IFPE/PE
27. Erika Cortines/professor magistério superior/UFRRJ/RJ
28. Fatima de Lourdes Casarin – Mobilizadora Social / Ma. Gestão de Águas – RJ
29. Fernanda Matos, Pesquisadora NEOS/UFMG.
30. Flaminio Guerra
31. Flávio Montiel – Diretor – Sociólogo – Distrito Federal
32. Gabriela Rahal de Rezende/Engenheira Ambiental/ Santa Catarina
33. Gean Barrilli – Analista Ambiental – São Paulo
34. Guilherme Moraes de Castro – Advogado/MG
35. Gustavo Bernardino Malacco da Silva / Presidente / Biologo / Minas Gerais
36. Herman Oliveira / Secretário Executivo / MT
37. Ingrid Melissa Noberto da Silva – Articuladora Nacional do Engajamundo – Bahia
38. Jacqueline Guerreiro- RJ

39. José Arimathéa Oliveira / Docente IFRJ / RJ
40. Juliano Schirmbeck / Coordenador Técnico MapBiomias Água / RS
41. Leonardo de Araujo Neto/Gestor de Unidade/Engº Agrimensor/São Paulo
42. Lucia Mendes ,historiadora aposentada, presidente da Preserva Serrinha, e da Coordenação do Fórum de Defesa das Águas, do Clima e Meio Ambiente do Distrito Federal. Brasília , DF
43. Luciana De Souza Pires De Jesus, conselheira comdema Brotas, sp
44. Luciani Aguiar Pinto , Diretora Presidente, Bióloga, Amazonas.
45. Lucimara Wolfarth Schirmbeck / Apoio a gestao e incidência MapBiomias Água / Eng. Ambiental / RS
46. Luis Felipe Cruz Lenz Cesar – Diretor executivo adjunto – Jornalista – RJ
47. Magda Dayse Ferreira Rangel / João Pessoa/PB
48. Marcela Minatel Locatelli/ São Paulo/ Engenheira Florestal
49. Marco Antonio de Jesus Moreira – Biólogo Rio de Janeiro
50. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes – Professor universitário – Oceanólogo – Bahia
51. Marcos Luiz Santarosa- medico privado- Distrito Federal
52. Maria Eugênia Totti
53. Maria Eugênia Totti/professora associada/RJ
54. Maria Inês Paes Ferreira/ Diretora Presidente
55. Maria Inês Paes Ferreira/ Proprietária e gestora da RPPN Águas Claras
56. Maria Luísa Ribeiro, diretora de políticas públicas da Fundação SOS Mata Atlântica
57. Mariana Dias Ramos / Geógrafa / São Paulo
58. Mariela Chaves de Cerqueira Julião / Especialista Ambiental /Bióloga /SP
59. Marizelia Gomes Costa/ tecnica desenvolvimento de projetos/tecnologia desenvolvimento social/MG
60. Mauricio Laxe – Ecologista – PE
61. Maycon Breno Macena da Silva, pesquisador, engenheiro civi, Paraíba
62. Mirella Leôncio Motta e Costa
63. Myanna Hvid Lahsen, Pesquisadora Titular, INPE, São José dos Campos, São Paulo
64. Nádia Assad – Professora Ciências Agrárias -SP
65. Natanael Leal da Silva
66. Orandyr Teixeira Luz/Geólogo/DF
67. Osmar Coelho Filho, Analista Ambiental, Klimapolis, RN
68. Pedro Ivo de Souza Batista – DF
69. Pilar Carolina Villar – Docente – São Paulo
70. Priscila Marcon Pesquisadora São Paulo
71. Prof. Dr. Jozrael Henriques Rezende- SP
72. Regina Ramalho,analista
73. Rosa Maria Formiga Johnsson / Professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Rio de Janeiro – RJ.
74. Rosalvo de Oliveira Junior/Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia/Bahia-Salvador
75. Sarah Maria Rodrigues dos Santos, Geóloga, São Paulo



76. Sergio Augusto de Mendonça Ribeiro – Diretor Geral CIRAT . Distrito Federal
77. Sergio Cardoso – Geólogo
78. Sergio Razera / Diretor-presidente / Economista / São Paulo
79. Solange Arrolho, docente-pesquisadora, bióloga. Mato Grosso
80. Solange Damasceno, Bióloga, Pesquisadora.
81. Telma Rocha – Diretora País Brasil
82. Thayna Fernandes Ribeiro Toledo/RJ, secretária executiva da ONG SOS PRAIA DO PECADO/Tecnica em meio ambiente/RJ
83. Vivian da Cunha – Presidente / Empresária / SP
84. Wandicleia Lopes de Sousa- Presidente da Sapopema, Santarém, Pará
85. Wellington Eliazar da Silva, Coordenador do FECOBH-PE, Engenheiro Agrônomo, Pernambuco

Brasil, 21 de outubro de 2024